

Lugar: Royal Palm Plaza, Campinas, Brasil

Data: 25 de maio de 2009

De : Cecilia Gabutti

Para : os membros do CE

Verificação do quorum:

Indústria: Brigit Hofer (Coop), Carlo Lovatelli (Abiove), Christopher Wells (Banco Real), Jan Nicolai (Nutreco), Jan Kees Vis (Unilever).

Sociedade Civil: Jeroen (Solidaridad) com voto por procuração em representação da Fundapaz e da Fundación Moisés Bertoni, Caio Magri (Ethos) e Cássio Franco Moreira (WWF).

Produtores: João Shimada (Grupo Maggi) com voto por procuração em representação da Fundação Mato Grosso, Marcos da Rosa (Aprosoja) e Guillermo Terol (DAP).

Chris explica umas diretrizes sobre as relações com a imprensa para a Conferência.

- Se os jornalistas se aproximarem aos membros do CE para que eles falem em nome da RTRS, eles deverão indicar que as únicas pessoas que podem falar são Miguel ou Chris.
- Se houver uma manifestação, Javier Bártoli preparou uma declaração que deve ser utilizada como comunicado oficial.
- Se algumas pessoas quiserem entrar na sala da Conferência, elas poderão fazê-lo como observadores sempre que o façam de maneira passiva e sem banners nem outros sinais.

Começa a tratar-se o primeiro item da Agenda:

Critério 4.4 do documento de P&C:

Chris comenta que quer destacar alguns fatos antes de iniciar a apresentação.

- O tempo para votar sobre o ponto 4.4 não é o mesmo tempo que para votar sobre uma taxa, como sugeriu Jan Kees. Muitas das pessoas que virão o dia da assembléia não podem votar sobre estes assuntos.
- Segundo ponto: de acordo ao ponto 4.4, temos 2 opções: permitir ou não permitir o desmatamento.

Round Table on Responsible Soy Association

- Terceiro ponto: a maioria concorda com 99% do documento; mas há divergências respeito do ponto 4.4 e que é preciso pagar pelos serviços ambientais.

Solicita-se que as pessoas que prepararam os documentos tentem achar uma solução sobre o ponto 4.4, e que dediquem 15 minutos para explicá-la, na ordem cronológica (Abiove, Unilever e WWF). Depois dessa explicação, haverá um espaço de 45 minutos aberto para discussão e, se depois do intervalo para o café, esse ponto não for resolvido, a discussão do segundo item da agenda (certificação da Soja Não-GM sob o padrão da RTRS) será adiada para a reunião do dia 29. Se às 6 da tarde ainda não é alcançado o consenso, as regulamentações permitem que se dois terços do Comitê concordarem, eles poderão redigir um referendo e apresentá-lo à assembléia.

Unilever – Jan Kees Vis

Este documento é o resultado de uma reunião passada, em que se tentou incluir alguns pontos importantes vinculados com a proteção de florestas. É preciso preparar um plano para a compensação de pagamentos de serviços financeiros. Não temos recursos suficientes para esses pagamentos.

O desmatamento contribui para as mudanças climáticas, portanto, precisamos proteger as florestas e a sensação nossa é que a RTRS tem capacidade limitada para resolver esta questão. Um problema é que não temos mapas de conservação, então a solução é analisar os mapas mais profundamente, fazer algo parecido com o que foi feito com a moratória para a soja. A indústria deveria comprometer-se a pagar uma taxa de reconhecimento aos produtores. Essa taxa não irá diretamente aos produtores, mas a um fundo para pagar este tipo de pesquisas que precisamos. Mas, eu concordo com o Chris no sentido de que muita gente não vai ter autorização para aprovar isto...isso demoraria uns dois anos. O fundo também pode ser utilizado para preparar-se para a certificação, conforme os padrões.

Em prol da credibilidade da RTRS, devemos chegar a um acordo e o assunto da proteção das florestas deverá estar incluído nele.

Abiove – Fábio

Reconhecemos que para ter a certificação haverá custos. Nossa preocupação é tentar alcançar um balanço entre o direito cedido pelo produtor quando ele deixa de produzir em uma área determinada e a compensação financeira que ele recebe em troca disso.

É preciso reforçar o Pilar 2 para que a certificação seja viável para todos os produtores. **A preocupação central da ABIOVE é estabelecer condições que possam ser cumpridas por um número grande de produtores de diversos países e não apenas por uma minoria. Além disso criar um atrativo econômico ao produtor rural para participar dos testes de campo e posteriormente da certificação RTRS.**

Round Table on Responsible Soy Association

Na Moratória da Amazônia temos regras bastante claras. Existem áreas preservadas e que devem ser protegidas e isto tem um custo alto porque 80% do capital do produtor está colocado ali e, em compensação, o produtor não recebe nenhum tipo de apoio. Nem sequer há benefícios de parte do governo. Há um custo de oportunidade que não pode ser esquecido.

WWF - Cássio

Duas idéias são propostas: 1) Levar em conta o texto da lei sobre áreas protegidas, 2) Adicionar as Áreas de Alto Valor de Conservação (AAVC). Os produtores que cumpram com a lei e que tenham um percentual superior ao exigido pela lei poderão desmatar. Nesse caso, eles poderão encaminhar um projeto à RTRS sobre sua idéia de desmatar para ele ser analisado, e depois ser aprovado ou rejeitado. AAVC são um ponto importante que representa uma parte significativa dos interesses da sociedade.

No final da reunião do GD em Atibaia houve um acordo sobre a data de corte e que haveria um período de 3 anos para desenvolver o pagamento de serviços ambientais. Eu acho que esta idéia seria um bom começo. Achamos que o assunto das AAVC não pode estar ausente do documento e que aqueles que cumprirem com a lei e que forem além do que a lei exige deverão receber uma compensação em troca.

Achamos que 2 anos com apenas uma declaração política é insuficiente, portanto, devemos, pelo menos, colocar um ponto 4.4 temporário.

Uma vez finalizada a exposição dos três membros, sugere-se fazer um debate aberto.

Devemos levar em conta que a discussão não deve limitar-se apenas ao Brasil e que deve ficar claro que a soja responsável não pode permitir a destruição de florestas com alto valor de conservação.

Marcos da Aprosoja diz que no Brasil o aumento da produção de soja não provocou desmatamento, mas, pelo contrário, que esse aumento trouxe melhoria na tecnologia. Destaca-se que, legalmente, muitos produtores têm direito de desmatar porque estão cumprindo com a lei, inclusive eles vão além do que a lei exige.

A RTRS não deveria proibir o que é permitido pela lei brasileira. Os produtores não podem assinar isso.

Devemos analisar com visão de longo prazo: a demanda aumentará e é difícil afirmar que essas terras não sejam reclamadas no futuro. A tecnologia ajuda, mas não se pode prometer a não-utilização da terra o produtor quer vender.

É preciso ter algum tipo de compensação financeira para poder estimular diversas coisas, por exemplo, o custo de oportunidade pela não utilização da terra. Devemos criar ferramentas para tornar a proposta viável.

Round Table on Responsible Soy Association

O que tentamos colocar aqui é que o proprietário que deseje utilizar os critérios da RTRS terá que submeter-se a eles: ele deverá deixar de desmatar para produzir soja responsável e procurar um mercado para essa soja. O mercado deve gerar uma forma de comercialização deste produto.

É questão de destacar que esse padrão não visa apenas à produção brasileira e que há lugares onde a lei não é tão rígida. Mas alguns acreditam que o Brasil já cumpre com muitos requisitos legais, que o produtor já tem muitas restrições, portanto, se for preciso que ele cumpra com mais coisas, em troca, ele deverá receber uma remuneração.

Brigit considera que é preciso que um padrão inclua os objetivos sobre o não-desmatamento, do contrário, estaríamos fracassando.

Jeroen pergunta por que há tanta resistência a aceitar a data de corte se, presumivelmente, não haverá expansão da soja nos próximos anos. Marcos responde que se a lei permite desmatar, a RTRS não pode proibir o desmatamento.

Guillermo propõe que talvez uma alternativa é dedicar 6 meses a estudar as Áreas de Alto Valor de Conservação e depois definir uma data de corte.

Argumenta-se que o tempo dedicado a este tipo de pesquisas é maior. É um processo global.

Carlo propõe analisar o documento que eles apresentaram e trabalhar sobre ele. **E também sugeriu algumas orientações após o teste de campo, por exemplo, considerar o Zoneamento Ecológico Econômico . A sugestão não foi aprovada.**

Explicação sobre as mudanças propostas na declaração política apresentada inicialmente:

- Especificar bem que é uma área nativa. Deve comprovar-se que a área tenha um alto valor de conservação.
- Definir quem tomará as decisões, quem terá as competências para determinar se essa área é de alto valor de conservação ou não.
- Alguns sugerem que é preciso ter um critério 4.4 com pontos que possam ser auditados.

Debate sobre se uma declaração é suficiente; se essa declaração será incluída no corpo do documento de P&C ou se será criado um ponto 4.4 provisório, uma declaração política.

Argumenta-se que talvez o CE não tenha conhecimentos técnicos suficientes para redigir um ponto 4.4; no entanto, não deveríamos chegar à assembléia sem algo sobre conservação por escrito e bem definido no documento de P&C.

Procede-se à redação do ponto 4.4. Ben escreve é projeta na tela o que vai escrevendo.

Debate sobre como proceder: se o ponto 4.4 deve ser provisório; se ele será encaminhado ao Grupo de Desenvolvimento para que ele faça uma melhor elaboração do ponto. A pergunta é: o

Round Table on Responsible Soy Association

GD terá tempo suficiente para acabá-lo? Não há orçamento para uma sexta reunião e alguns consideram que esse trabalho poderia ser feito por e-mail. No entanto, existe o receio de que se o GD, depois de 5 reuniões, não conseguiu alcançar um consenso sobre esse ponto, talvez tampouco o alcance desta maneira.

Finalmente, surge a decisão de colocar o ponto 4.4 no corpo do documento de P&C e todo o resto seria colocado na Declaração Política.

Introdução de mudanças no texto.

Surgem diversas dúvidas: os testes durarão 12 ou 24 meses?

Segundo o documento encaminhado, ele deverá ser submetido aos testes de campo durante 12 meses, não durante 24 meses.

Marcos (Aprosoja) afirma que a data de corte deveria ser posterior à finalização dos testes de campo. Depois dos 12 meses do período de testes. E pede que seja incluída alguma informação sobre o pagamento por serviços ambientais. Explicação de que o pagamento de serviços ambientais não é um ponto auditável. E que a idéia é criar um mercado futuro para a soja, mas que esse não é o principal benefício decorrente da posta em prática do padrão. O principal benefício é para a questão do desmatamento.

É muito difícil ter um mecanismo de compensação pronto em 12 meses. O que poderia ser adicionado é que podem explorar-se alternativas para o pagamento de serviços ambientais.

Há uma discussão sobre quem deve fazer as avaliações de identificação destas áreas. Será que o produtor pode fazê-las? Ou um terceiro independente?

É preciso lembrar que esse não é um padrão de aplicação voluntária.

O ponto 4.4. projetado na tela é o seguinte:

4.4. A expansão da lavra da soja durante o período de testes de campo não pode acontecer em uma área de mata nativa, desde maio de 2009.

Exceção: Os produtores que desejarem ou planejarem cultivar terras com mata nativa depois da data de corte de maio de 2009 devem produzir provas científicas derivadas do assessoramento de um serviço profissional terceirizado e abrangente sobre a área em questão, que identifique a ausência de:

- *Todas as florestas primárias,*
- *Outras Áreas de Alto Valor de Conservação*
- *Terras de comunidades locais*

Round Table on Responsible Soy Association

O pagamento por serviços ambientais será explorado durante o período de testes de campo que começa a partir da data de corte de maio de 2009.

Solicita-se a votação formal.

Miguel explica as regras de votação: para aprovar algo, é preciso o voto afirmativo de dois terços de cada grupo.

Primeira votação

Isto deverá ser incluído nos P&C como ponto 4?

- Indústria: 4 votos positivos de 5 presentes
- Sociedade Civil: 5 votos positivos de 5 presentes
- Produtores: 3 votos positivos de 4 presentes

Ao todo, há 12 votos positivos. O ponto 4.4 está aprovado.

Procede-se à votação sobre a Declaração Política.

Solicita-se que a Declaração Política seja incluída no ponto 4.4.

Cássio acha que temos o problema do planejamento territorial e acredita que estes planejamentos devem estar aprovados pela RTRS.

Fábio (Abiove) quer que fique registrado que eles não concordam com a WWF, que diz que a parte do saneamento econômico deve ser aprovada pela RTRS.

Marco (Aprosoja) explica que estas decisões tomadas, às vezes, em base aos interesses de grandes produtores, não são representativas da nossa associação. Ele gostaria de dizer que estamos em uma situação muito delicada e que, nestes dois dias eles vão conversar com a diretoria de sua associação e que talvez a partir da 5ta f. a Aprosoja já não seja membro da RTRS . É lamentável porque a Aprosoja investiu muito dinheiro e é ela quem entende como é o futuro. O produtor não o entende, mas a Aprosoja não acha que possa levar essa mensagem ao produtor. A Aprosoja está em uma situação constrangedora e gostaria que isso ficasse registrado.

Procede-se à votação desta carta denominada “Declaração de Campinas sobre Conservação e Remuneração”.

Procede-se à votação formal:

Indústria: 5 votos positivos de 5 presentes

Sociedade Civil: 5 votos positivos de 5 presentes

Produtores: 3 votos positivos de 4 presentes, a Aprosoja se abstém de votar.



Round Table on Responsible Soy Association

Explicação: o ponto não tratado durante a reunião, sobre a proposta da WWF para a certificação de Soja Não-GM sob o padrão da RTRS, será tratado na reunião de 6ta f.

Final da reunião

Conclusões:

- **Redação e inclusão no documento de P&C do novo ponto 4.4, que será enviado aos membros para sua aprovação na AG.**
- **Redação da Declaração de Campinas, que será enviada aos membros junto ao ponto 4.4.**
- **Compromisso escrito de explorar sistemas para a identificação de AAVC e o pagamento de serviços ambientais.**
- **O tratamento do assunto da Certificação de Soja Não-GM será adiado para a reunião da 6ta f. 29 de maio de 2009.**